

O CASO DAS DUAS PROSTITUTAS E O JULGAMENTO DO REI SALOMÃO: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA

José Antônio soares de Abreu¹, Sérgio Rodrigues de Souza²

¹Licenciado em Direito. Instituto Educacional Athena. Afonso Cláudio – Brasil.(soares.jasa@gmail.com).

²Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS – Asunción – Paraguai (srgrdriguesdesouza@gmail.com)

Resumo: Este trabalho realiza um estudo analítico acerca do julgamento de duas prostitutas em litígio, pelo Rei Salomão, por causa de uma situação envolvendo um bebê, em que uma delas acusava a outra de haver causado, de modo deliberado, a morte de seu próprio filho e, em seguida ter usurpado-lhe o filho. Trata-se de um ensaio teórico, fundamentado em análises criteriosas, procurando, ao máximo, afastá-las dos sentimentos de paixão e qualquer outra forma de entendimento que não seja científico; portanto, plausível de argumentação em contrário, questionamentos e refutabilidade.

Palavras-chave: Julgamento das duas prostitutas; Rei Salomão; Conhecimento e sabedoria; Análise semântica.

INTRODUÇÃO

O caso das duas prostitutas que são levadas diante do Rei hebreu Salomão, para que ele julgasse uma causa de maternidade é uma questão interessante e emblemática onde, a partir da decisão real, o caso foi dado como solucionado, o litígio entre as duas mães encerrado, com a justiça sendo aplicada de forma divina, esclarecendo a verdade oculta e o juiz sendo considerado como um sábio que recebera a luz da sabedoria do próprio Deus Yaveh; um pensamento platônico expressado entre os judeus.

Mas, o que intriga neste caso é a dimensão do ocorrido e não do julgamento em si, diferente do que a maioria esmagadora tende a adotar como ponto de análise e interpretação, a fim de exaltar a sabedoria concedida a um mortal. No entanto, o conto termina aí, como se a intenção de sua presença fosse meramente ilustrativa e dogmática. Eis que a situação permite uma análise interpretativa desde o ponto de vista sociológico e eis o ponto de inflexão que chama a atenção é o fato de tratar-se de duas prostitutas; portanto, mulheres solteiras a quem a presença de um filho seria muito mais que um empecilho [*uma maldição, para ser mais exato*] e, não uma benção em suas vidas.

Tendo este ponto como um elemento interpretativo, surge mais uma condição, a de que a lei mosaica, transcrita em seu decálogo, proibia, veementemente, que se provocasse a morte de alguém, de modo acinte ou accidental. A redação é muito clara, em que uma das mulheres afirma que a outra deitara-se [*deliberadamente*] sobre o filho recém-nascido, matando-o por asfixia. Estava-se diante de um crime, para o qual a sanção era a pena capital, segundo os costumes da época.

O estudo e a compreensão deste caso é emblemática, problemática e enigmática, sob vários aspectos os mais diversos em que a intenção do historiador não era relatar uma situação litigiosa ocorrida entre duas prostitutas na comunidade judaica, o que já deixa claro que o ofício existia e era de conhecimento público, não sendo ato condenatório, ou seja, era uma profissão livre na sociedade. Mas, o foco está em exaltar a sabedoria de um sacerdote que foi elevado ao posto de homem mais sábio da terra e, aqui tem-se outro imbróglio a ser decifrado, porque quando se refere à terra, está-se diante da referência à nação judaica ou ao Planeta Terra, uma condição bem distante da que habitualmente se utiliza e, para os antigos, a referência à terra era o lar doméstico, o local aonde haviam nascido.

O poeta refere-se ao Rei Salomão, o sacerdote supremo de Jerusalém, como o homem mais sábio; porém, a que tipo de sabedoria está se referindo? Aquela caracterizada pela episteme, fundamentada na pesquisa e no conhecimento de homens que o antecederam no entendimento da coisa e dos fenômenos em si ou àquela que se adquire pela experiência cotidiana, marcada por erros e acertos existenciais.

Por fim, tem-se muito claro que o poeta ignorava, por completo, a figura de um homem que tomava decisões por suas próprias definições e, o seu objetivo, ao expor ali, diante de sua majestade, um problema doméstico e que, bem poderia ter sido resolvido por um juiz comum, era o exaltar o deus hebreu; porque a sabedoria que Salomão havia utilizado para por fim ao litígio era algo que havia sido dado ao seu Rei; aquela sabedoria não provinha dele e de seu pensamento.



Este caso representa uma questão emblemática, porque já se acostumou a citá-lo como uma forma de conhecimento sobre a psicologia do objeto em que não restou qualquer tipo de dúvida sobre qual das duas mulheres seria, de fato, a verdadeira mãe da criança; ou seja, a habilidade materna bem pode determinar comportamentos e juízo de valor; mas, a situação de vida e de existência de ambas colocam em xeque a autenticidade e infalibilidade da decisão. No entanto, como a forma que foi conduzida a situação se deu através de uma iluminação divina, até mesmo o direito a se erguer qualquer pensamento em contrário da verdade absoluta é considerado um ato sacrílego; uma ofensa gravíssima, passível de ser punida com a morte.

Ocorre que, julgamentos de crimes que envolvem um elevado grau de passionalidade sempre se faz necessário a análise e a consideração estrita de uma gama de variáveis [dependentes e independentes] e que a interpretação rigorosa das mesmas podem determinar o juízo subjetivo da causa em si. O Rei Salomão dá o seu veredito, talvez, por uma expressão linguística de pejoração utilizada pela querelante que perdeu a causa e que, na versão inglesa da Bíblia Do Rei James ele a escreve como sendo um sussurro exasperado da mulher, ao referir-se à criança a partir da expressão *'it'*, um termo neutro da língua, podendo fazer comparações com o *'id'* do latim clássico e que, traduzido para a Língua Portuguesa faz referencia a *'isto, aquilo'*; mas, no sentido de reificação, de coisificação do indivíduo humano. Em hebraico, é representado pelo termo linguístico *'q'*.

Ainda que o comportamento da mulher tenha se mostrado suspeito, o que determinou o juízo do Rei foi a expressão utilizada para referir-se àquele ser que, poucos momentos antes, julgava e defendia como sendo seu filho. A outra mulher, litigante na causa, teve toda a oportunidade de vitória, não ao saber como agir diante da situação; mas, ao colocar as palavras na medida exata, tratando com dignidade aquele ser que estava sendo objeto de litígio e que, ao final do processo seria objeto de representação da felicidade de uma e de enfrentamento de um destino trágico para a outra, culminando em sua execução.

É uma questão problemática, porque todo ser humano, não importando a situação e a ocasião, tende a agir sob uma carga emocional muito intensa, prejudicando o juízo daquele incumbido de assim proceder no julgamento da causa em si e não somente como árbitro da causa. Até que ponto a mulher ganhadora da causa soube o momento exato para agir a fim de que sua voz e sua súplica ressoassem de tal forma que determinassem a sentença em seu favor?

Ademais, que poder esta criança carregava a ponto de que justificasse um assassinato e um furto e, ainda que a causa fosse julgada diretamente pelo sacerdote

supremo da cidade? Por que a afirmação, por parte das prostitutas, de que estavam sós em seu lar conjugado quando da ocorrência da sequência de fatos? Outro ponto é a ordem real para que devolvesse a criança à sua [suposta] mãe verdadeira e que *não o matasse, sob nenhuma condição*.

A quem poderia interessar a morte do filho daquela mulher, em específico, a ponto do rei colocá-lo sob uma tutela de proteção que seu poder lhe conferia? Isto ultrapassa a questão de o julgamento de um filho de uma prostituta ser entendido como um mero problema causal e passa a representar um enigma; até mesmo porque a atitude do sacerdote muda de uma postura radical e severa para uma condição fraterna e [até paternal] ao referir-se à criança que fora salva pelo amor de sua mãe.

É uma questão enigmática, porque, apesar de todo o discurso se ater ao julgamento de duas mulheres, ambas prostitutas; mas, uma delas sob acusação de infanticídio e de sequestro e uma delas reclamando a posse de seu filho; ou seja, um caso que, diante de olhos não preparados parece ser uma simples causa que a solução dada foi pautada sobre princípios de plausibilidade; no entanto, a aproximação ao caso, demonstra que quem estava sob juízo era o bebê [objeto de litígio], porque a sua existência causava temor a alguém dentro do reino de Israel.

A morte da criança e toda a trama como fora armada, tirava um objeto perigoso da jogada e mais, condenava a mulher à morte, dois infortúnios sendo resolvidos a partir de um golpe de mestre. A este menino estava reservado um futuro glorioso no reino ou ele representaria o assombro para algum sacerdote ou alguma família aristocrática; devendo, por isto, ser eliminado de uma forma cautelosa, sob um ardil muito bem elaborado, não havendo como representar qualquer defesa em relação ao caso.

Eis que o caso chega aos cuidados do Rei para ser julgado quanto à veracidade do que afirmava a acusadora, enfática ao defender a sua causa como mãe legítima da criança. Era uma mulher que, apesar de ser prostituta, não se esmorecia diante da situação e suas acusações eram demasiado violentas em relação à sua companheira de lar e de profissão. Ademais, como sabia que a outra havia se deitado, de forma deliberada, sobre o seu filho, matando-o por asfixia? Ela mesma expressa que estava a dormir quando tudo ocorreu.

O simples fato de este conto ser inserido nos arquivos que formaria o livro histórico e jurídico mais importante do povo hebreu já demonstra que detinha um poder admoestativo sem precedentes, sendo contado desde gerações muito antigas e, pode que o personagem histórico original nem fosse o Rei Salomão, sendo ali incluída como forma de garantir às gerações futuras a imagem de um governante que,



apesar de não ser um exemplo de virtude, fora exemplo de sabedoria e aqui, tem-se outro problema, uma encruzilhada epistêmica: qual o sentido de sabedoria adotada pelo poeta ao referir ao conhecimento de Salomão? O saber adquirido através da experiência, forjado nas batalhas e conflitos existenciais ou a *episteme*, aquela que submetera toda a revelação ao escrutínio da refutação até se atingir a verdade autêntica?

MATERIAL E MÉTODOS

Para conduzir este estudo, adotou-se uma abordagem metodológica bibliográfica, descritiva (Gil, 2020) como base, a partir de uma revisão sistemática sobre o tema. Os artigos selecionados foram submetidos a uma análise de conteúdo para examinar sua relevância e adequação aos objetivos do estudo. A exposição e interpretação dos resultados foram realizadas após essa análise. Como forma de ampliar e aprofundar investigação, determinada a atingir os objetivos propostos, adotou-se, como método, uma pesquisa integrativa, que tem como finalidade realizar um estudo analítico. Neste sentido, a investigação integrativa se apresenta como uma ampla abordagem metodológica, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão profunda e determinante dos assuntos analisados (Whittemore & Knafl, 2005).

Este artigo foi produzido a partir da leitura e interpretação de autores clássicos sobre o tema, buscando em artigos científicos e livros, resultados, teorias e práticas que se mostrassem condizentes com as expectativas de desenvolvimento do mesmo. Fundamentou-se, ainda, na práxis pedagógica do autor, que atua na área, como professor, especialista e pesquisador, desenvolvendo projetos no referido campo de conhecimento.

Como instrumento metodológico foi utilizado a pesquisa bibliográfica, consultando livros e artigos que versam sobre o tema, a fim de tornar mais transparente e ampla a produção. Como métodos de interpretação dos textos consultados foi utilizado a análise bibliográfica sistemática. A metodologia deste estudo baseia-se em análises realizadas em livros e artigos, considerando os principais aspectos e abordagens sobre a temática abordada, aliada à práxis pedagógica do autor.

Este estudo se fundamenta no pensamento de Mikúliniski (1985), para quem, “a via para o descobrimento dos mecanismos e regularidades do desenvolvimento da ciência, pelo qual entendemos, em primeiro lugar e de maneira principal, a criação de novo conhecimento, não consiste em limitar a investigação em princípio, exclusivamente ao campo

do desenvolvimento lógico dos conceitos científicos, para a qual nos convida o internalismo, nem em reduzir a explicação da história da ciência exclusivamente às condições sociais e econômicas, o que infrutuosamente tratam de fazer os externalistas. Este caminho radica na consciência e relação da unidade didática e a interação do conteúdo da ciência e as condições sociais e econômicas, culturais e históricas e os fatores pessoais com a influência determinante da prática histórico-social no desenvolvimento desta interação” (p. 14).

Para este trabalho, foi consultada a história referente ao deste trabalho, na versão traduzida da Bíblia do Rei James, publicada, no ano de 1611.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

SALOMÃO JULGA A CAUSA DE DUAS MULHERES - 1 REIS 3:16-28

¹⁶Então, vieram duas mulheres [que eram] prostitutas, ao rei e se apresentaram diante dele. ¹⁷E uma delas disse: Ó meu senhor, eu e esta mulher moramos na mesma casa; e dei à luz um filho com ela em casa. ¹⁸E aconteceu que, no terceiro dia depois do meu parto, também esta mulher deu à luz; e estávamos juntas; não havia nenhum estranho conosco em casa, exceto nós duas. ¹⁹E o filho desta mulher morreu durante a noite, porque ela o cobriu. ²⁰E ela se levantou à meia-noite, e tirou meu filho do meu lado, enquanto a tua serva dormia, e o deitou em seu seio, e deitou seu filho morto em meu seio. ²¹E quando me levantei pela manhã para dar de mamar ao meu filho, eis que ele estava morto; mas quando o considerei pela manhã, eis que não era meu filho, o que eu dera à luz. ²²E a outra mulher disse: Não; mas o vivo é meu filho, e o morto é teu filho. E esta disse: Não; mas o morto é teu filho, e o vivo é meu filho. Assim falaram diante do rei. ²³Então, disse o rei: Esta diz: Este é meu filho que vive, e teu filho é o morto; e a outra diz: Não; mas teu filho é o morto, e meu filho é o vivo. ²⁴E disse o rei: Trazei-me uma espada. E trouxeram uma espada diante do rei. ²⁵Então, o rei disse: Dividam o filho vivo em duas partes, e deem metade a uma e metade à outra. ²⁶Então, a mulher cujo filho vivo [era] falou ao rei, pois suas entranhas se comoveram por seu filho, e ela disse: Ó meu senhor, dê a ela o filho vivo, e de modo algum o mate. Mas a outra disse: Não seja nem meu nem teu, [mas] dividam-no. ²⁷Então o rei respondeu e disse: Deem a ela o filho vivo, e de modo algum o matem; ela [é] a mãe dele. ²⁸E todo o Israel ouviu o julgamento que o rei havia proferido; e temeram o



rei; porque viram que a sabedoria de Deus estava nele, para fazer justiça.”¹

Este caso é nada mais que um esboço de uma história muito mais ampla e que tem um início e um fim marcados por uma imensa complexidade política e sociológica e, o fato de usar termos [*quase*] semelhantes, correndo o risco de cair em uma incongruência, é explicável pelo fato de que, nos tempos em que reinou Salomão, a política era algo vinculado à religião; os interesses e as contendas pela aquisição e a manutenção do poder passavam por acordos [*muitas vezes escusos*], traições, alianças improváveis e as questões ligadas à existência do povo e suas respectivas condições de segurança e bem-estar representava um capítulo de interesse daquilo que hoje se conhece como Sociologia.

Salomão implantou um sistema universalizado de educação, que ficou aos cuidados do Estado e isto tornou o povo de Israel alfabetizado e letrado desde tenras idades. Não se pode dizer que todo o seu esforço para o desenvolvimento social de seu povo tenha produzido grandes amigos para si, fato que é observado pelo Rei James, ao comentar que, sempre que ia dirigir-se a Deus evocava o nome de seu pai, Davi, como forma de aplacar os ânimos. Os seus detratores o viram como a um tirano cruel, alguém que não servia ao seu povo, subjugando o reino o Reino de Israel aos seus caprichos mais particulares.

A história contada na escolinha dominical das igrejas apresenta-o como uma figura ungida por Deus; ao que aparece descrito por seus biógrafos, nas entrelinhas, o povo o via como a representação do próprio Deus e toda a sabedoria deste *encontrava-se nele* [*não com ele*]. Esta forma de adoração popular bem pode ter provocado a ira insana de muitos oligarcas judeus, que fizeram de tudo para tramar sua morte e/ou atrapalhar seus empreendimentos.

A SABEDORIA DE SALOMÃO: REVELAÇÃO, EXPERIÊNCIA, EPISTEME

Salomão, sucessor de Davi no trono de Israel, é considerado o sacerdote governante mais sábio que já reinou sobre todo o povo hebreu, sendo-lhe consagrados vários escritos, cânticos e aforismos na forma de cânticos e, a sua maior consagração histórica está na construção de um templo que nunca chegou a ser concluído e, também, não se conhece o projeto arquitetônico do mesmo, além do que está descrito na Bíblia, sem que se conheça a planta baixa; no entanto, a sua sabedoria e grandeza é ensinada nas escolinhas dominicais proselitistas

como sendo uma dádiva do Deus Yaveh que, atendendo a um pedido seu, concedeu-lhe sabedoria infinita, esta que foi *comprovada* através do julgamento das duas prostitutas em torno da maternidade legítima de um bebê.

A história que se convencionou adotar como factual é distorcida de forma a colocar Salomão como um rei que era, já escolhido e adorado pelo Deus de Israel; portanto, este lhe tinha dito, ao apresentar-se-lhe durante um sonho que pedisse aquilo que desejavas. Eis que o Rei diz-lhe que, ainda sendo menino não sabia como atuar como governante sobre aquele *grande* povo e que, queria ter capacidade para discernir entre o bem e o mal, para que assim não fosse corrompido quanto aos seus julgamentos nos momentos em que se visse obrigado a fazê-lo.

Esta colocação de Salomão diante do Deus Yaveh se dá porque não fora preparado para ser Rei; a sua mãe o assim havia decidido sobre seu destino; mas, em nenhum momento fora educado na arte da governança e às exigências que competiam ao sacerdote supremo. Sendo assim, pede a Deus aquilo que mais causara impacto sobre sua vida, a visão de uma miríade de injustiças sendo praticadas, de modo arbitrário, em nome da justiça.

Aqui, neste trabalho, aborda-se três tipos de conhecimento, na ordem que se segue, aquele adquirido através da revelação divina (a *theoria*); aquele adquirido através da experiência existencial, pela prática cotidiana, produto da solução dos conflitos e embates sociológicos, o que se denomina *sophia* [*sabedoria*] e, por último, a episteme, aquele tipo de conhecimento que resulta da experimentação que conduz à determinação factual ou à sua refutação, culminando em uma teoria, capaz de comprovar ou de negar a veracidade do processo. Ghiraldelli (2025) explica que a *Sophia* vai dizer respeito a um conhecimento por experiência de vida, por maturidade, *não por expertise*. Já a *episteme* diz respeito ao conhecimento elaborado, aquele que se faz por meio da filosofia ou da ciência, onde há a argumentação, onde há as provas, onde o raciocínio lógico, a coerência, a incoerência e a checagem se revelam através do experimento com a Filosofia Moderna.

O desafio que se apresenta é acerca de qual conhecimento Salomão foi exaltado e, quando se refere à sua sabedoria está posta pelo poeta a condição de revelação divina, por isto, ser inquestionável as suas decisões. Não detinha nenhuma experiência, como ele mesmo expressa ao deus Yaveh, em seu sonho; portanto, não poderia ser sábio por vivências diretas; mas, por ser alguém que vivera imerso na sociedade, aprendera a analisar situações e a interpretar conjecturas as mais variadas.

¹ No original, em inglês, a expressão é: “[...] *Porque viram a sabedoria de Deus nele...*” (Nota do autor, 2025).



Eis suas palavras, em sonhos ao Senhor, Deus de Israel (relatado em I Reis 3:7-9): “⁷[...]SENHOR, meu Deus, fizeste teu servo rei em lugar de Davi, meu pai; e eu sou apenas uma criança pequena; não sei como sair nem como entrar. ⁸E teu servo está no meio do teu povo, que escolheste, um povo grande, que não se pode contar nem calcular pela sua multidão. ⁹Dá, portanto, ao teu servo um coração entendido para julgar o teu povo, para que eu possa discernir entre o bem e o mal; pois quem poderia julgar este teu povo tão grande?” Eis que Yaveh lhe responde: ¹¹[Porque...] Pediste para ti entendimento para discernir o juízo, ¹²Eis que fiz segundo as tuas palavras; eis que te dei um coração sábio e entendido [...]. ¹⁵Então, Salomão acordou, e eis que era um sonho” (I Reis 3:11-15).

Tem-se que Salomão não questiona ao seu Deus *de que forma se poderia julgar um povo tão grande*; mas, quem poderia [*a não ser o próprio Deus?!]*. Eis que se põe diante de Deus pedindo a que Ele se fizesse demonstrado e representado em sua pessoa, daí a passagem supracitada de que *a sabedoria de Deus estava nele* e que o tradutor da Bíblia para a versão inglesa [The King James Version of the Holy Bible ([1611]2010)] coloca entre colchetes as inferências que permitem o entendimento de que *a sabedoria de Deus estava com ele*.

Salomão acorda de seu sonho convicto de que ‘ele’, o Rei estava apto a julgar o povo de Judá, porque o Deus de Judá havia colocado em seu pensamento a condição [*a sabedoria*] que se fazia necessária para discernir entre o bem e o mal e, por extensão, pode-se compreender, entre o que era certo e o que era errado, entre o que era justo e o que era injusto. Tornava-se assim, ele próprio, a balança que determinaria todo o juízo de aí por diante.

Salomão é uma figura complexa na história do povo judeu e seu governo foi, não o mais pacífico, de toda a história hebraica e sim o único momento de sua trajetória enquanto civilização livre no qual não se registra nenhuma guerra. Há quem diga que isto se deveu à sua sabedoria como governante e, em tese, não há como discordar de tal argumento; mas, a explicação para este acontecimento fenomenológico encontra-se sob as alianças que construiu com os diversos povos que estavam em torno do reino de Jerusalém e que adoravam deuses domésticos distintos daquele que era cultuado em seu reino.

A resistência política que Salomão enfrentou enquanto rei não foi pequena e, mais especialmente, no que tange à construção do famoso templo que não chegou a ser concluído e que, além de não se ter recursos financeiros para levar adiante o empreendimento, não encontrou apoio popular para tal. O comentarista da Bíblia inglesa (1611) assim se refere a este episódio, em particular: “É tão difícil

agradar a todos, mesmo quando agradamos mais a Deus e buscamos nos aprovar diante da consciência de todos” (The Bible of King James, 1611, p. 4).

Ocorre que, mesmo que Salomão declarasse sua fé ao Deus Hebreu, seu comportamento e suas atitudes como estadista contrariavam a expressão pública de sua fidelidade a Yaveh, como deus único. Ele permitiu que as forasteiras com quem contraiu matrimônio adorassem seus deuses domésticos originais, de forma livre. Este era um tipo de comportamento impensável e inaceitável para qualquer ser humano daquele momento histórico e, esta postura adotada por Salomão lhe valeu o reconhecimento de o Rei mais sábio de todos os tempos, por todos os seus vizinhos, estes que eram povos belicosos e que, terminaram subjugados pelo Rei de Israel sem que nenhum sangue fosse derramado e uma vida sequer perdida e depois dele não houve outros em toda a Judá.

A grande diferença entre Salomão e os demais sacerdotes supremos que governaram o reino de Judá é que ele não esteve subordinado ao sistema oligárquico religioso que dominava Israel. Diferente daqueles que o antecederam, ele não foi doutrinado por um Mestre e submetido ao rigor da *obediência cega* aos princípios hebraicos; aliás, este um comportamento típico dos povos da Antiguidade.

Uma marca que prova a insatisfação da casta sacerdotal contra o Rei era a de que, para estes, ele deveria ser uma sombra de seu pai Davi, caracterização que, ao que demonstra jamais aceitou, assumindo uma identidade forte e uma personalidade rigorosa; mas, em todos os momentos em que dirigiram-se a ele, como forma de reprimi-lo, evocavam a memória de seu pai, como um objeto de respeito [*ou de temor*] para não destitui-lo do poder e, escancaravam-lhe que, assim que deixasse o trono implodiriam o reino de Israel, deixando claro que o seu nome e a sua memória não representaria nenhum poder sobre a história de seus descendentes.

A interpretação desta fala é uma autêntica demonstração de que, ainda que detivesse um imenso poder, maior até que aquele que seu lendário e memorável pai tivera, a forma como administrava o reino não lhes agradavam; mas, ao mesmo tempo não conseguiam mobilizar forças para uma insurreição e, conseqüentemente, um ato de *impeachment*. Pode-se interpretar o poder de Salomão a partir desta epígrafe: *Poder não é vontade. Poder, simplesmente, se resume à capacidade de fazer as coisas acontecerem* e, graças às suas alianças diplomáticas externas, tornara-se um rei muito poderoso. fora muito astuto em suas coalizões políticas externas, sabedor que era de que não podia contar com apoio interno. Assim que, tudo o que fez, cuidou de afirmar que a *sabedoria de Deus* estava nele; portanto, quem



ousasse criticar suas ações estava a criticar o próprio Deus Yaveh e isto fez com que o povo o temesse; não porque temia ao seu Rei, o homem; mas, àquele que nele habitava, na forma de sabedoria.

QUAL CRITÉRIO SALOMÃO UTILIZOU PARA CHEGAR AO VEREDITO FINAL E INQUESTIONÁVEL SOBRE O LITÍGIO ENVOLVENDO AS DUAS PROSTITUTAS?

Antes de tratar da análise e interpretação do julgamento realizado pelo Rei Salomão em tono do litígio apresentado pelas duas prostitutas, em que se pretendia esclarecer não qual delas dizia a verdade; mas, acerca de qual seria, de fato, a mãe biológica da criança objeto-alvo da querela, há que esclarecer a situação em torno do sentido semântico do vocábulo *sabedoria* e, mesmo que os gregos, séculos mais tarde, tenham separado a *sabedoria* da *episteme*, no que se refere ao processo conceitual, auferindo a cada uma delas um sentido lexical, a forma como a palavra é apresentada e expressa no texto bíblico direciona a interpretá-la como conhecimento erudito, dentro do contexto linguístico representado, onde este como que fora devidamente comprovado; portanto, inquestionável quanto ao seu valor empírico.

A sabedoria do Rei Salomão é um tema controverso, porque se trata de uma auto revelação, uma vez que a sabedoria que recebe se dá antes de que ele tenha realizado qualquer feito que a colocasse em julgamento ou consideração, sendo-lhe anunciada em um sonho próprio, não no de um sacerdote ou ancião e, isto, do posto de vista sociológico [*e fenomenológico*] da época gera controvérsias quanto à veracidade do fato; não porque não pudesse ter acontecido; antes, porque fugia ao costume da Antiguidade.

Assim que, após acordar de seu sonho, em que leva a termo uma conversa com o deus Yaveh, apresentando-se-lhe a sua preocupação, esta que fazia referência direta à sua condição de imaturidade existencial e vivencial e, na mesma extensão, epistêmica, porque não fora educado com a finalidade de ser rei. Desta forma, sua sabedoria foi um reconhecimento público posterior às suas ações, respectivamente aos julgamentos e, conseqüentemente, aos resultados.

O sonho pode ser interpretado como uma manifestação consciente de um desejo inconsciente, uma resposta individual a um problema intrínseco que desafia ao próprio ser e que, inconscientemente, parece-lhe insuperável; no entanto, de uma maneira misteriosa [*ou para a qual não se conhece, ainda, uma explicação plausível*] encontra-se-lhe uma

solução que, de modo singular e particular se revela plausível [*e pragmática*].

O sonho representava uma forma, *sui generis*, de poder, na Antiguidade; não pelo fato de que era este o canal utilizado pelos deuses para se comunicarem com os homens e avisá-los sobre acontecimentos fenomenológicos [*naturais ou não*] futuros e, por vezes, explicando-lhes as causas das ocorrências; mas, porque conferia àqueles que os recebia poder suficiente para realizar os seus intentos particulares. Porém, os sonhos eram revelados aos iniciados e, quando acontecia de um não iniciado ser agraciado com alguma revelação através de sonhos, estes deveriam ser contados a um sacerdote iniciado nos mistérios para que procedesse à sua interpretação e esclarecimentos. Não se trata do que ocorrera com Salomão; porque além de não ser um iniciado, ele mesmo se vertera no direito de interpretar o seu sonho e transmitir a verdade revelada aos seus servos, esclarecendo-lhes a dimensão de seu poder.

A forma como o julgamento do litígio entre as duas prostitutas foi realizado é um tanto estranho e, até mesmo inexplicável, porque compreensível não poderá jamais ser, em nenhum momento histórico e o entendimento sobre a sua infalibilidade estará sempre na condição de um ato de profissão de fé; não havendo um mecanismo qualquer que possa validá-lo [*e, na mesma proporção, que possa refutá-lo*]. A pergunta que norteia a discussão não é a questão da maternidade e do amor materno em si, expresso, aparentemente, por uma mãe que teve o seu bebê recém-nascido sequestrado; é sobre este assalto diretamente que se desenvolve toda a querela, levantando profundos questionamentos sobre quem seria este bebê, em específico e que promessas pairavam sobre si. Observa-se que ambas as mulheres não discutiam sobre quem seria a mãe legítima da criança objeto-alvo do litígio; discutiam acerca de *a quem ela pertencia*.

Ademais, quem era a mulher a quem foi conferido o ganho de causa? Qual era a sua relação de poder e com quem mantinha vínculo político? De alguma forma, era detentora de imenso poder sobre algum aristocrata judaico, porque de outra forma, mais singelamente, bastaria que trocasse os bebês e não que tirasse a vida de um deles, para depois efetuar a troca. Talvez a criança em si não tivesse qualquer significado especial; mas, a condição de mãe fosse uma promessa de casamento ou de alguma valorização social. As possibilidades são várias e dentro da conjuntura da época, a única coisa que se torna plausível é a condição de que aquele julgamento não representa *um mero julgamento*. Nenhuma mulher se daria ao trabalho de assassinar o próprio filho e depois trocá-lo de lugar com outro, como se esta atitude estranha pudesse ser explicada por um esquálido sentimento de culpa.



Uma prostituta poderia até levar o filho a óbito e utilizar o argumento de absolvição que vem sendo aplicado ao caso até os dias atuais: *Foi um mero incidente!* Ela não teve qualquer intenção de provocar a morte do filho; foi um descuido, um lapso que culminou em uma tragédia; portanto, um crime culposos; o que valeria até um pedido de perdão a Sua Majestade e sua consequente concessão imediata. Mas, o *pathos* envolvido na questão muda, por completo, toda a categoria de juízo hermenêutico da situação.

O que interessa aqui é discutir, qual o critério o Rei Salomão utilizou para realizar o julgamento das duas prostitutas e ter certeza quanto ao veredito alcançado. Dizer que possuía experiência de vida é uma piada é algo relativo; porque, a maioria presume que passar por agruras durante a existência faz com que se torne mais sensível às coisas, aos outros e ao sofrimento alheio, o que é nada mais que uma ingênua ilusão e, em muitos casos, dá-se, completamente, o oposto; os indivíduos tendem a tornarem-se mais frios, distantes e indiferentes ao mal-estar do próximo; mas, está-se referindo ao sacerdote supremo, ao governante da cidade e do reino; portanto, era alguém a quem as paixões do espírito não poderiam estar acima de sua razão como líder; um fardo muito pesado para alguém que tinha o pensamento marcado pelo ódio e pelo desejo de vingança.

Toda a sabedoria com que Salomão regeu o seu reino e executou os julgamentos pode ser pensada a partir deste seu sentimento obscuro que manteve escondido de todos, nunca deixando transparecer e que fez dele não um homem temido; mas, profundamente respeitado como *governante* e, paradoxalmente, jamais como um líder. Na extensão do pensamento, alegar que possuía conhecimento erudito é uma forma estranha de dar-lhe créditos que não faziam jus ao seu modo de criação, uma vez que não fora educado desde sua infância para a sucessão real, consequentemente, para a gestão do reino e, o que se diz aqui é que, muita discussão no campo diplomático e histórico sobre os vizinhos jamais fora tratado com ele.

Seu despreparo para a gestão é esclarecida na sua vontade de construção de um templo, sem que tivesse um projeto arquitetônico prévio e um projeto de viabilidade econômica, em especial, no que se referia à aquisição de materiais, mão de obra, entre outras coisas. Dizer que era um rei dominado por paixões, de forma alguma; demonstra falta de disciplina para com a dimensão que a administração da coisa pública exigia de seu Rei. No entanto, mesmo diante de críticas duras, manteve-se ponderado quanto às suas palavras e ações, agindo como um homem de espírito sensato.

Esta sua condição de calma e equilibrada com que respondia as críticas acidas e severas que recebia da oligarquia sacerdotal judaica conflita com a postura do mesmo juiz que decidiu o litígio envolvendo a criança recém-nascida. Sendo assim, aquele Salomão, já empossado como Rei que julgou o caso é um jovem imaturo e inseguro, necessitado de demonstrar sua força perante um povo que exigia tal postura de sua parte. Observa-se que não era o caso que exigia uma solução imediata; mas, aqueles em torno do Rei que encontravam-se atentos aos seus movimentos e de que maneira atuaria sobre uma questão que, sob as condições da época mostrava-se impossível de ser solucionada através da lógica. Eis que Salomão apela para a sua irracionalidade na expectativa de que aquela que fosse a mãe verdadeira intercedesse fazendo uso de toda a racionalidade que se espera de uma mãe que ame ao seu filho.

Aproxima-se de um entendimento de que Salomão julgou a causa litigiosa a partir de um conhecimento empírico, ou seja, tomando como fundamento para sua decisão o que compreendia acerca do amor materno e do que se esperava como atitude de uma mãe. Vale-se ainda do que experimentara da proteção advinda do comportamento de sua mãe, em particular, porque sendo ela não a esposa oficial do Rei Davi, muito possivelmente fora submetida a situações de extremo que lhe exigiram muita coragem e muita ousadia, em especial, na intenção de proteger o seu filho de todo o tipo de retaliação, dado que era visto e tratado como um bastardo; portanto, objeto direto do ódio de grande parte da oligarquia sacerdotal.

Toda decisão que se fundamenta na sabedoria do juiz é objeto pacífico de julgamento acerca de sua confiabilidade, porque não se tem como aplicar sobre a situação nenhuma prova de validação ou de refutação que não seja meramente especulativa [*da mesma forma que são os argumentos utilizados para validar a decisão judicial*]. Desta forma, a dúvida deve ter sido uma companheira a perseguir Salomão por toda a sua existência, no que se refere ao seu veredito, ainda que, para o senso comum, a atitude de uma das mulheres em contraste com a demonstrada pela outra possa revelar a justa e inequívoca medida aplicada ao caso, a partir de seu juízo sobre o mesmo.

Mas, e se, ambas as prostitutas apresentassem o mesmo comportamento, independente de qual representação acerca da que fora esplanada sobre o caso? Com que tipo de conhecimento poderia ser aplicado a regra jurídica salomônica fim de se chegar à conclusão inequívoca, portanto, irrefutável de que o filho estaria sendo dado à sua verdadeira mãe biológica?

Caso esta situação hipotética se revelasse não haveria como solucionar o caso, que passaria imediatamente



a representar um enigma, uma vez que não havia qualquer testemunha que pudesse revelar qual das duas estava a dizer a verdade sobre o ocorrido, a saber, o assassinato do bebê, o furto e a troca, havendo apenas o relato de uma das prostitutas e a defesa da outra; em que ambas, hipoteticamente, poderiam estar a relatar a verdade como também a relatar uma falsa situação, ou seja, a mentir sobre o ocorrido.

Salomão se prepara, diante deste julgamento, para uma situação na qual toda sua sabedoria estava posta à submissão do juízo que, ali, proferiria. Lança mão de uma condição insana e, quão grande não deve ter sido o espanto e o horror de seu servo ao ser ordenado que matasse a um inocente, a fim de colocar fim a uma querela jurídica e, caso o levasse a efeito, esta sua decisão seria comentada como sábia, porque a vida da criança não era o que estava *sub judice* e sim, a condição de saber quem era sua mãe legítima e, em não se chegando a um consenso, encerrava-se o caso com uma decisão que ao senso comum pareceria bestial e desmedida; mas que, pela lógica, faria sentido, desde o ponto de vista de encerrar o litígio e ele, sendo o Rei [*o Sacerdote Supremo, o Juiz, o Árbitro*], isto lhe cabia.

Veja que ele se prepara para uma situação na qual não haveria que encontrar uma solução, porque sendo prostitutas, seria natural que considerassem a presença de um filho como um estorvo em suas vidas; logo, considerariam a morte da mesma, pelas mãos de seu Rei como um benefício divino; lançando sobre seus ombros a responsabilidade, a culpa e a misericórdia pelo sacrifício da criança. Na contramão, sendo mães, esperava ele, de igual forma, que intercedessem em uníssono clamando por clemência em relação àquele que nenhuma culpa podia ser-lhe atribuído por sua existência mundana.

Caso esta hipótese fosse dada como factual, a alternativa que caberia ao Rei seria a de proclamar o sentido da guarda compartilhada para a criança, garantindo assim, a sua sobrevivência e a satisfação das duas mulheres, que seriam, nesta conjectura, representadas como mães, em seu juízo de valor como homem, como filho e como Chefe de Estado. No entanto, eis que estava diante de duas prostitutas, de dois espécimes humanos que viviam de enganar e de obter privilégios da forma que fosse, a fim de garantir a própria existência e o bem-estar. Para piorar o seu drama como juiz, uma delas era uma assassina fria e calculista que, dadas a denúncia que lhe fora apresentada, havia matado o próprio filho a sangue frio, sequestrado o filho de sua companheira, tomando-o como seu. Portanto, estava diante de alguém que não hesitaria em matar mais uma vez, somente para salvar e/ou preservar o seu empreendimento maléfico.

Sendo assim, a atitude tomada pelo Rei não foi no sentido de descobrir quem era a mãe biológica da criança e sim, descobrir qual delas havia cometido o assassinato e mais, qual delas era uma assassina espirituosa. A fala da mulher que fora condenada a ficar sem o bebê é abertamente uma sentença de que aquela que detivesse a posse do mesmo estaria em boas condições de vida e com imenso poder de negociação, porque o tom que usa para exaltar-se diante da sentença é de alguém que está enfurecida com a decisão; não apenas decepcionada pela perda da questão litigiosa em debate; sua expressão linguística expressa ódio extremo – uma mistura de aversão, raiva e ira.

O que chama a atenção neste caso é que ambas as prostitutas tiveram os mesmos sentimentos quando o Rei profere sua decisão de partir a criança ao meio e entregar uma parte a cada uma delas, resolvendo assim o imbróglio. Venceu aquela que teve maior perspicácia e soube manter o equilíbrio emocional e adiantar-se a dizer o que o juiz esperava ouvir, ainda que fosse uma trapaça, uma estratégia de manipulação de alguém que havia perdido o controle diante da situação. E este alguém era sua excelência o Juiz de ofício, o Rei Salomão.

Quando propõe uma solução para um caso insolúvel utilizando a lógica do senso comum provou que não estava à altura em conhecimento acerca da essência e da experiência humana com todas as suas nuances incompreensíveis para outro membro da espécie. Como poderia lidar com as artimanhas que seriam preparadas por seus adversários dia após dia, noite após noite. Uma leitura fria acerca de seu comportamento e a forma como expressa as palavras sobre a preservação da vida do bebê levantam a suspeita de que o sonho ao qual faz referência, no qual Deus trava um diálogo consigo e lhe revela que ele seria um rei de imensa sabedoria, ocorrera na sucessão do caso de juízo das duas prostitutas envolvendo um inocente.

O veredito final fora dado a partir do comportamento de uma das mulheres, fundamentado na constatação empírica de que ela agira conforme se esperava de mães sensatas em relação a seus filhos; ou seja, diante da situação qualquer um poderia ser induzido a chegar à mesma conclusão; consequentemente, à mesma decisão. E, Salomão sabia bem que seus adversários [*que não eram muito raros, em Judá*] explorariam isto; logo, precisava de uma revelação divina para justificar a sua decisão no julgamento como uma condição de sabedoria que viera não de si ou do senso comum; mas, do próprio Deus, revelado através de sua ação gloriosa e justa.

Este caso foi tão impactante sobre quem o Rei Salomão se tornaria que ele acabou sendo incluído em sua biografia contida no livro que é considerado



como sagrado para os judeus, o *Antigo Testamento*, que não deixa de ser um trabalho onde se compilou os momentos mais intrigantes e profundos que envolveram cada personagem histórico do reino de Judá. A transformação provocada por ele parece ser tão intensa que, pode-se afirmar que é após a sua ocorrência que compreende que não é mais um homem a digladiar com outros nos espaços da cidade ou do reino de Jerusalém; era o Sacerdote Supremo de uma nação, o seu juiz, o árbitro que decidiria os seus destinos e sobre eles.

Entende aí que estava, a partir de então, como aquele que deveria *decidir*, ou seja, após seu arbítrio, não haveria mais como consertar o que fora determinado por sua vontade e, esta questão em particular, *que seja feita a minha vontade, conforme eu quero que seja*, jamais poderia ser a marca de um rei; a forma como ele seria lembrado depois de encerrado o seu período de governança. Mas, se o julgamento fora justo e determinado, marcado por uma condição irrefutável de que a verdadeira mãe da criança o recebera, porque este caso, em si, perturbava tanto o pensamento do Rei?

O comportamento adotado pelo Rei e a ocorrência do sonho que o legitima como juiz de Israel demonstra que seu julgamento determinou um veredito final; mas, sua decisão não foi, sob nenhuma hipótese, inquestionável quanto à possibilidade de infalibilidade; isto porque ele próprio viveu sob o peso da dúvida quanto a este caso e governou o Reino de Judá através da transformação *epistemológica* que sofreu por causa dele.

CONCLUSÃO

Salomão é um personagem marcado por uma estranha complexidade, em que seu surgimento na história do povo hebreu ocorre quando é ungido rei de Israel. Não existe nenhum relato sobre sua infância e juventude e, sobre isto, é muito interessante argumentar que o poeta deixou de fora de sua biografia, exatamente, porque a Bíblia não é um livro biográfico acerca dos reis e da aristocracia judaica. Sua função é retratar a história das maiores autoridades, a partir do momento em que são iluminadas por Deus e começam a construir uma história que tem como interesse superior a exaltação do Deus de Israel.

Ele era filho de uma concubina do Rei Davi; não estava destinado ao trono como sucessor de seu pai; portanto, não recebera nenhum treinamento especial acerca dos ritos sagrados e de sacrifícios; tanto que após acordar de seu sonho fez um banquete e convidou os seus servos. Não ofereceu sacrifício algum e nem convidou a elite aristocrática sacerdotal para sentar-se com ele à mesa.

Esta sua postura, muito possivelmente, desagradou à maioria em Israel, porque tinham diante de si, um Sacerdote Supremo que se achava superior a todos [*mais, não apenas se achava, tinha certeza disto*], com quem Deus falava diretamente, sem utilizar emissários e sinais reveladores que precisassem de qualquer interpretação.

Esta atitude de Salomão despertava ira naqueles acostumados a governar mais que o próprio Rei, através de suas condições de intermediários entre Deus e o governante, em que podiam manipulá-lo quanto a seus interesses escusos; agora estavam diante de uma situação em que esta oportunidade estava nas mãos do Rei, o que o tornava um adversário muito perigoso, o que requeria que tratassem de seu caso com todo o zelo e cuidado. E, pior, se alegassem que as revelações de Deus a ele poderiam não ser dadas pelo Próprio, poder-se-ia levantar suspeita sobre suas próprias visões, uma vez que o Rei fora ungido pelos sacerdotes de Israel; logo, era um homem que fora abençoado em um ritual de sacralização.

Todos sabiam que Salomão foi alçado à condição de Rei por causa de uma promessa de seu pai, à sua mãe, uma vez que ele não era um filho legítimo; porém, uma vez que se tenha seguido todo o ritual sagrado que lhe garantia a sucessão, não havia o que questionar quanto à legitimidade da ação. Havia, no entanto, a questão de que se tratava de um indivíduo que não fora planejado para tanto e, Salomão sabia muito bem que se deixasse a cúria de sacerdotes a administrar junto com ele, tramariam sua morte no primeiro instante, alegando revelação de Deus para isto, em nome da segurança e da manutenção da fé do povo de Israel.

Aqui, aproxima-se de um ponto em que o caso das duas prostitutas em litígio por causa de um do filho morto e outro substituído foi-lhe uma armadilha preparada pelos seus adversários, a fim de colocar em xeque perante a sociedade a sua condição de sabedoria. Encontra-se diante de um dilema que seria impossível a qualquer homem resolver através da lógica; somente aquele que tivesse sido agraciado por Deus pelo dom da revelação poderia consegui-lo; e, não era o seu caso. Estava posto em xeque, não a sua sabedoria; mas, a sua autoridade para exercer o governo.

Salomão julga o caso aqui em estudo a partir de um saber oriundo do senso comum, em especial a partir do que conheceu de amor materno advindo de sua própria mãe e do que presenciara em sua convivência social, esclarecendo que fora criado junto ao povo e não o observando e julgando-o à distância.

Quando o caso é levado a sua presença para ser submetido a juízo e a um veredito final e inapelável, tudo induz a crer que já havia sido submetido a uma



instância inferior, esta que não chegara a uma conclusão sobre o mesmo. Posto diante de si, faz uso de toda razão ilógica que se espera de um juiz e, não se trata de um juiz qualquer; estavam diante daquele que era o responsável pela preservação da vida e fazia uso da violência com ameaça iminente de morte a um inocente no interesse de solucionar um caso, até aquele instante, insolúvel.

A solução apresentada pelo Rei se apresenta plausível; no entanto, representa uma atitude radical, digna de senso comum, jamais vindo de um rei que foi considerado como o mais sábio de toda a história do povo hebreu. A postura do Rei, em seu julgamento, não condiz com a estatura de seu cargo e o entendimento a que se preconizou, através do senso comum, a de que agiu como extrema e extensa sabedoria, não passa disto: um entendimento por parte de quem não submete a nenhum juízo o juízo de figuras que são elevadas à categoria de santos pelo próprio senso comum.

Quando Salomão afirma, ao Deus hebreu, que ele era ainda uma *criança pequena*, não estava utilizando uma forma figurativa para expressar-se, porque possivelmente fosse, de fato, muito jovem, o que hoje poderia ser considerado ainda como um adolescente e, o fato de revelar isto em sonho revela isto era um fato e até mesmo a decisão que toma, de pedir algo que, aos olhos posteriores pode parecer demonstração de altruísmo, é uma característica da adolescência e, não apenas isto; havia mais, porque por ser um indivíduo do povo sua formação fora afastada de toda a soberba que tende a consumir o pensamento daqueles que são criados em meio às benesses oferecidas pelo poder burocrático.

Toda a discussão apresentada sobre o caso de julgamento das duas prostitutas serve para ilustrar a condição de vida do Rei Salomão que, muito cedo foi alçado ao trono de Israel e teve que conviver com os infortúnios de ser um filho bastardo que chegara ao *poder* e, o que todos podiam esperar de si como forma de vingança pelo que fora submetido bem como a sua mãe ele procurou agir na direção contrária a todas as expectativas naturais que se espera de um humano.

Viveu sua vida como um homem desmedido, demonstrando que não recebera educação [esta entendida no sentido de disciplina] para ser governante de um povo tão grande, como ele mesmo afirma em sonho a Deus, este que, na verdade, é uma representação de si mesmo; situação que revela todo seu sentimento de incompetência para o cargo de *rei*; mas, eis que estava ali, como tal, sem saber como agir, como encantar aquela enorme serpente chamada povo judeu. Salomão já sabia que não podia errar em sua jornada, considerando que a serpente mal encantada morde o encantador.

Tudo o que se procurou apresentar até aqui é fundamentado em conhecimentos científicos e as análises seguem o rigor das ciências conhecidas, procurando, ao máximo, afastá-las dos sentimentos de paixão e qualquer outra forma de entendimento que não seja científico; portanto, plausível de argumentação em contrário, questionamentos e refutabilidade. Fora dos círculos dogmáticos, Salomão, o Rei, é estudado exaustivamente, procurando compreender o seu reinado como um todo e as decisões que tomou.

O que aparece na Bíblia é uma versão politizada de seu governo de forma a que interessava a elite oligárquica de Israel; uma vez que não podiam suprimir um rei de sua história, ao menos cuidariam de narrar a história sobre ele e seu reinado de forma a engrandecer a postura de adoração a um deus único, tradição entre os hebreus desde Moisés. A vida do homem Salomão, ficou escondida sob a imagem de um rei que fora ungido por Deus com a mais profunda e dinâmica sabedoria, fazendo dele o *homem mais sábio da terra*; mais uma vez, havendo que analisar a expressão sob a ótica do seu tempo, em que a expressão *terra* não fazia alusão ao Planeta Terra; mas, à terra que pertencia como cidadão.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, imensamente, aos professores e demais profissionais que contribuíram, de maneira direta e indireta, para que este trabalho fosse produzido.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. *Antigo Testamento* - 1 Reis 3:16-28 [*Salomão julga a causa de duas mulheres*]. Tradução de João Almeida Ferreira. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica Brasileira, 2009.

GHIRALDELLI, PAULO. *O palhaço do achismo* - 1 de junho de 2025. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UEhxVdEDaG0>. Acesso em 02/06/2025.

THE KING JAMES HOLY BIBLE. *Ancien Testament* - 1 Kings 3:16-28 [*Solomon judges the case of two women*]. March, 2001, Revised: January 2010. [Work originally published in 1611].